



Opinião

M. Graça Carvalho

Já se exigiam “certificados de vacinação” antes da covid-19

Nos últimos tempos assistimos a intenso um debate sobre os chamados “passaportes internacionais de vacinação” contra a covid-19. Entre os argumentos mais repetidos contra a iniciativa – já implementada ou em fase de ser por vários países – está a alegada discriminação dos viajantes perante um ato (receber a vacina) que é voluntário.

Não é minha intenção desvalorizar a discussão. A própria presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, já assumiu a existência de questões políticas e jurídicas em aberto. Mas não deixo de notar que certas objeções parecem ignorar o facto de, no essencial, esta medida não ser inédita.

Há décadas que, ao abrigo de um regulamento internacional de saúde, um conjunto alargado de países do hemisfério sul exige que os estrangeiros que visitem os seus territórios exibam o Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia de Doenças. Estes aplicam-se sobretudo à febre-amarela, mas também, em alguns casos, à poliomielite, à difteria ou ao tétano. São os célebres documentos amarelos, bem conhecidos por quem já viajou para essas paragens. Essa exigência nunca foi vista como sinal de discriminação. Assumi-se, e bem, que estava em causa uma questão de saúde pública. O que torna a covid-19 assim tão diferente?

Existem, no entanto, questões que se podem e devem debater. De preferência em separado, para evitar trazer ruído e confusão a decisões que se querem ponderadas e claras. Em primeiro lugar, para

que servem os certificados e que garantias oferecem. Em segundo, como podem estes ser feitos, nomeadamente em formato digital, assegurando o respeito por questões éticas e a proteção dos dados.

Sobre a eficácia potencial destes documentos, existem duas grandes incógnitas: o impacto das vacinas na contenção das transmissões, que ainda não está comprovado; e a proteção que estas conferem contra novas variantes do SARS-CoV-2, igualmente ainda objeto de estudo.

Já no que respeita à legitimidade desta solução existem, como é sabido, pontos de vista muito distintos. Alguns países com forte tradição turística, como Grécia, Itália e Chipre, têm-na defendido com entusiasmo. Outros, como a Bélgica, criticam-na abertamente.

A Comissão Europeia, que irá apresentar uma proposta concreta no dia 17 deste mês, tem descrito a certificação das vacinas como apenas mais uma ferramenta para facilitar a mobilidade. Pessoalmente, não creio que venha a ser uma solução milagrosa. Mas também não me parece que se deva descartar opções com potencial para incentivar a retoma gradual de atividades económicas que dependem da livre circulação dos cidadãos.

Uma das principais preocupações, no plano ético e legal, prende-se com o formato “digital” que terão estes “passaportes” covid-19 e os riscos de os dados recolhidos serem alvo de utilizações abusivas. A esse respeito, não poderia estar mais de acordo com a necessidade de serem tomadas todas as precauções para o evitar.

Algum tempo atrás, fui autora, em conjunto com o eurodeputado grego Giorgos Kyrtos, de uma proposta dirigida ao Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, na qual defendemos a criação de um sistema da UE para a validação e registo de testes e vacinação contra a covid-19. Este sistema teria como uma das suas grandes preocupações a confidencialidade dos dados, que seria obtida recorrendo à comprovadamente eficaz tecnologia de *blockchain*.

Com equilíbrio e ponderação, há sempre formas de encontrar soluções. Misturar todos os temas numa única discussão não nos levará a lado nenhum.

Eurodeputada



Opinião

Jorge Costa Oliveira

Mundo multipolar e mudança internacional (I)

Como é hoje evidente, vivemos num mundo multipolar. Isso revela-se olhando para as projeções para as próximas décadas.

Do ponto de vista económico, o PIB global – catalisado por alguns vetores tradicionais do crescimento económico como a demografia e a produtividade, mas também pelo progresso tecnológico, pela inovação disruptiva e pela globalização do comércio e investimento internacional – mais do que duplicará de 2020 até 2050, ultrapassando o crescimento populacional global.

Porém, como corolário do crescimento das economias dos E7 (Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia) a uma taxa média anual de cerca de 3,5% – enquanto as nações desenvolvidas do G7 apenas crescerão 1,6% – em 2050, seis das sete maiores economias do mundo (PIB PPPs constante 2016 US\$MM) serão países emergentes: 1.ª China (58,5); 2.ª Índia (44,1); 3.ª EUA (34,1); 4.ª Indonésia (10,5); 5.ª Brasil (7,5); 6.ª Rússia (7,1); 7.ª México (6,8); 8.ª Japão (6,7); 9.ª Alemanha (6,1); 10.ª Reino Unido (5,3); 11.ª Turquia (5,1); 12.ª França (4,7); 13.ª Arábia Saudita (4,7); 14.ª Nigéria (4,3); 15.ª Egito (4,3); 16.ª Paquistão (4,2); 17.ª Irão (3,9); 18.ª Coreia do Sul (3,5); 19.ª Filipinas (3,3); 20.ª Vietname (3,1) (fonte: PwC, 2017).

Como pode ver-se, 14 das 20 principais economias do mundo em 2050 serão países emergentes. A participação da

UE 27 no PIB global deverá ser inferior a 10%. Porém, o PIB *per capita* nos atuais países desenvolvidos deverá continuar, em geral, mais elevado do que nos países em desenvolvimento, mas com uma diferença menor do que a atual.

O mundo está a deixar de ser dominado pelo clube da OCDE. O processo é gradual mas visível, e os países emergentes, sejam os BRICS, os E7 ou os MINT, representam uma parcela cada vez mais relevante da economia, do comércio externo e do investimento mundial, e reclamam representatividade correspondente.

Em face desta nova realidade económica internacional faz sentido manter a atual distribuição de participações sociais em instituições como o Banco Mundial, o FMI e outras organizações económicas internacionais? Parece inegável que estes países emergentes devem ter mais peso na tomada de decisões económicas globais; o que, por sua vez, mais facilmente os levará a alinhar as suas políticas com as regras dessas organizações.

Já houve algumas alterações nesse sentido, mas a resistência dos principais países ocidentais é enorme. Os americanos não querem perder o “direito” a indicar o presidente do Banco Mundial e os europeus o diretor-geral do FMI... E o Congresso dos EUA tem desde longa data uma visão obtusa sobre a multipolaridade e o papel dos EUA no concerto internacional; basta recordarmo-nos do triste exemplo da Carta de Havana, nunca aprovada pelo Congresso.

Num mundo em que as principais potências económicas serão países emergentes, é preciso repensar muitas coisas, a começar pela composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Portugal tem apoiado as pretensões do Brasil a um lugar permanente no Conselho de Segurança. E deve bater-se pelo reconhecimento da língua portuguesa como língua oficial da ONU. Mas deve sobretudo aproveitar a necessidade de esta evolução mundial exigir a arbitragem de países com *soft power* e estatuto neutro. O que requer menos alinhamento com o “eixo euro-atlântico” e maior abertura ao mundo emergente.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira



Misturar todos os temas numa única discussão não nos levará a lado nenhum.

Em 2050, o ranking das 10 maiores economias terá seis países emergentes

	2016	2050	
China	1	1	China
EUA	2	2	Índia
Índia	3	3	EUA
Japão	4	4	Indonésia
Alemanha	5	5	Brasil
Rússia	6	6	Rússia
Brasil	7	7	México
Indonésia	8	8	Japão
Reino Unido	9	9	Alemanha
França	10	10	Reino Unido

Legend: Economias do E7 (yellow), Economias do G7 (grey)

Fonte: IMF for 2016 estimates, PwC analysis for projections to 2050